

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA A DISTÂNCIA

ANDRESSON CICERO SILVA LEAL

EVASÃO ESCOLAR NOS CURSOS TÉCNICOS SUBSEQUENTES DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA – CAMPUS CAMPINA GRANDE

ANDRESSON CICERO SILVA LEAL

EVASÃO ESCOLAR NOS CURSOS TÉCNICOS SUBSEQUENTES DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA – CAMPUS CAMPINA GRANDE

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO apresentado ao Curso de Administração Pública, modalidade de ensino a distância, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de Bacharel em Administração Pública, Linha de Formação Específica (LFE) II - Gestão Governamental, semestre 2014.2.

Orientador: Me. Danilo de Sousa Ferreira.

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

L433e Leal, Andresson Cicero Silva

Evasão escolar nos cursos técnicos subsequentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba Campus Campina Grande [manuscrito] / Andresson Cicero Silva Leal. - 2014.

45 p.: il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública EAD) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.

"Orientação: Prof. Danilo de Sousa Ferreira, Secretaria de Educação à Distância".

1. Evasão Escolar. 2. Escola Técnica. 3. Ensino Técnico Subsequente. I. Título.

21. ed. CDD 371.291 3

ANDRESSON CICERO SILVA LEAL

EVASÃO ESCOLAR NOS CURSOS TÉCNICOS SUBSEQUENTES DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA – CAMPUS CAMPINA GRANDE

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO apresentado ao Curso de Administração Pública, modalidade de ensino a distância, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de Bacharel em Administração Pública, Linha de Formação Específica (LFE) II - Gestão Governamental, semestre 2014.2.

Aprovada em: 06/32/2014.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Danilo de Sousa Ferreira (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Profa. Ma. Kaline Di Pace Nunes Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Profa. Ma. Vagna Brito de Lima
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiramente, por ter me guiado e dado proteção e força durante todos os dias da minha vida.

À Jacqueline Echeverria Barrancos, coordenadora do curso de Administração Pública, por seu empenho.

Ao meu pai José de Brito Leal, a minha mãe Maria da Guia Silva Leal, pela compreensão por minha ausência nas reuniões familiares.

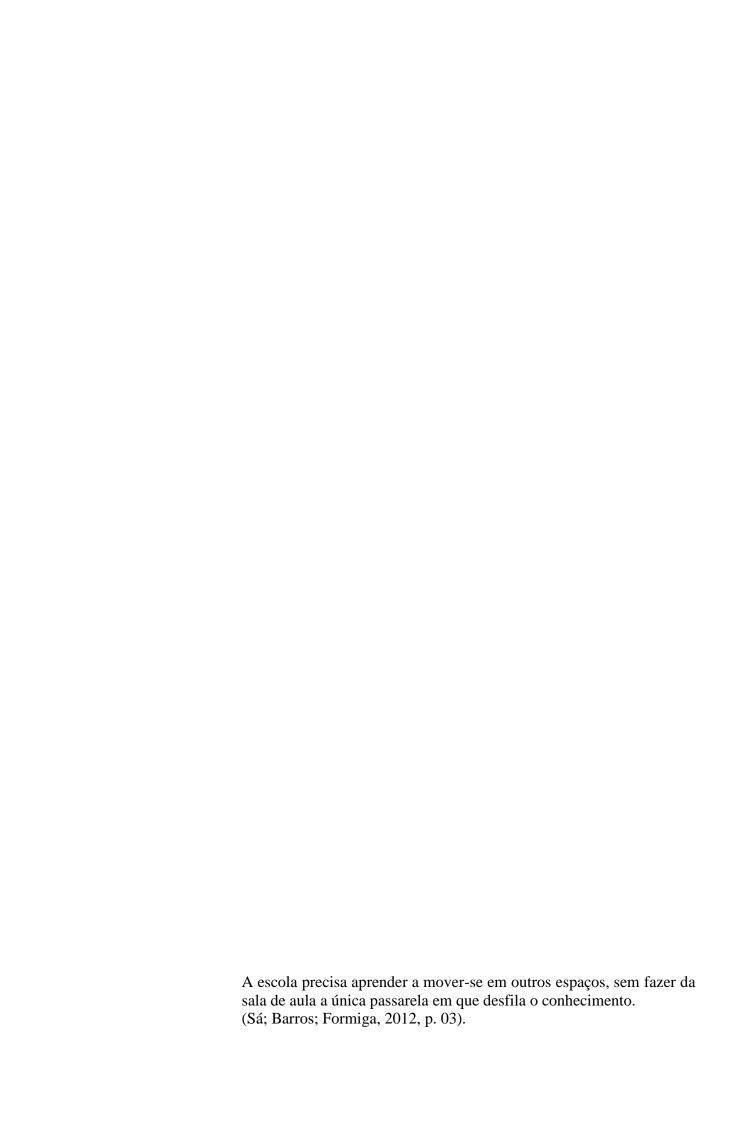
A minha esposa Tatiana Leal e ao meu filho Igor Leal, pois embora devido ao comprometimento do curso e minha ausência como esposo e pai, sempre me deram muita força.

Ao meu orientador Danilo de Sousa Ferreira, pelo empenho e dedicação no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos.

Aos professores do Curso de Graduação da UEPB, que contribuíram ao longo dos meses, por meio das disciplinas e debates, para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos tutores, em especial Dellany Maria, que sempre me atendeu prontamente quando solicitei e aos funcionários da UEPB.

Aos colegas de classe pelos momentos de amizade e apoio.



RESUMO

A obtenção de informações acerca dos motivos que levam os alunos a matricularem-se e depois abandonar o curso de formação técnica no IFPB campus Campina Grande, além de servir como fonte primária para avaliação das ações desenvolvidas pelas políticas pedagógicas, assistenciais e administrativas do campus pode ser considerada como essencial para orientar o que pode ser feito e melhorado para que, cada vez mais, ocorra a permanência e a habilitação profissional dos alunos. Nesse sentido o objetivo deste trabalho é analisar as causas que provocam a evasão escolar dos discentes do IFPB-CG nos cursos técnicos subsequentes e sugerir medidas que possam modificar o quadro de desistência e abandono destes alunos. Este estudo se caracteriza como uma pesquisa descritiva. Participaram da pesquisa 20 (vinte) indivíduos, de um total aproximado de 200 alunos evadidos dos cursos técnicos subsequentes, os quais responderam um questionário estruturado em formato eletrônico. Os resultados foram analisados por meio de gráficos. Conclui-se, portanto, que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba — Campus Campina Grande, além de cumprir os princípios básicos que determina o decreto de sua criação, deve promover a integração das Direções de Ensino, Administrativa, Geral juntamente com a sociedade, para que assim, formule políticas de gestão capazes de combater de forma rápida e efetiva a evasão.

Palavras - chaves: Evasão Escolar; IFPB — Campina Grande; Ensino Técnico Subsequente; Educação.

ABSTRACT

Obtaining information about the reasons that lead students to enroll yourself and then leave the technical training course on campus IFPB Campina Grande, in addition to serving as the primary source for evaluating the actions taken by the pedagogical, administrative assistance and campus policies can be regarded as essential to guide and can be done for improved increasingly, dwell, and professional qualifications of the pupils occurs. In this sense, the aim of this paper is to analyze the reasons that cause dropout of students from IFPB - CG subsequent technical courses and suggest measures that could change the picture of waiver and abandonment of these students. This study is characterized as a descriptive survey. Participated in the survey twenty (20) individuals, a total of approximately 200 students escaped the subsequent technical courses where they answered a structured questionnaire sent in electronic form and for analyzing results and drafting of the Excel charts. Therefore, it is concluded The Federal Institute for Education, Science and Technology of Paraiba - Campina Grande Campus addition to meeting the basic principles that determines the decree of its creation should promote the integration of Directorates of Education, Administrative, General along with society, so that formulates management policies able to fight quickly and effectively evasion.

Key Words: Dropouts; IFPB - Campina Grande; Subsequent Technical Education; Education.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1-	Alunos Matriculados por Semestres Letivos	18
Gráfico 2 -	Faixa etária dos entrevistados	25
Gráfico 3 -	Faixa acadêmica dos entrevistados	25
Gráfico 4 -	Estado civil dos entrevistados	26
Gráfico 5 -	As políticas assistenciais estimulam a permanência dos alunos no campus	26
Gráfico 6 -	As greves desestimulam a conclusão do curso	27
Gráfico 7 -	O ensino médio prepara o aluno para o ensino profissional	28
Gráfico 8 -	Não oferta de disciplinas em todos os períodos	28
Gráfico 9 -	Pré-requisito e impedimento ao andamento do curso	29
Gráfico 10-	Qualidade dos laboratórios da instituição e aulas práticas	29
Gráfico 11-	Interação entre a escola e o mercado de trabalho	30
Gráfico 12-	Coordenação de estágio e a promoção de parcerias com empresas	30
Gráfico 13-	Promoção da interação entre os cursos técnicos e superiores do IFPB-CG	31
Gráfico 14-	Ações de divulgação do perfil do profissional pelo campus	32
Gráfico 15-	Falta de tempo e a dedicação aos estudos	32
Gráfico 16-	Percepção dos alunos sobre a qualificação dos servidores da instituição	33
Gráfico 17-	Falta de interesse do mercado de trabalho pelos profissionais capacitados	33
Gráfico 18-	Não atração da remuneração de um técnico.	34
Gráfico 19-	Dificuldade de transporte público entre trabalho e a escola ou casa e escola	34
Gráfico 20-	PRONATEC e a ameaca aos cursos técnicos dos Institutos Federais	35

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAEST Centro de Apoio ao Estudante

COMPEC Comissão Permanente de Concurso Público

IFPB - CG Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – Campus

Campina Grande

INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

PRADIME Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação

PRONATEC Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SENAI Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

STTP - CG Superintendência de Trânsito e Transporte Público – Campina Grande

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR	13
2.1	O Projeto Ambicioso dos Institutos Federais	13
2.2	A Evolução da Rede Técnica Federal na Paraíba	14
2.3	Cursos Integrados, Subsequentes e Tecnólogos do IFPB-CG	15
2.4	Evasão Escolar nos Cursos Técnicos Subsequentes	16
2.5	Motivos que levam a evasão escolar	18
2.6	Fatores Pertencentes à Escola	19
2.7	Fatores Externos à Escola.	21
3	METODOLOGIA	23
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	25
5	CONCLUSÃO	37
REFEI	RÊNCIAS	38
APÊNI	DICE A – QUESTIONÁRIO DE EVASÃO	41

1. INTRODUÇÃO

A Constituição Brasileira de 1988, garante em seu Art. 205 o direito à educação para todos como um dever do Estado e da família, mas não basta, apenas, a garantia do direito à educação. É preciso a construção de mecanismos que garantam a permanência dos alunos na escola e que estes possam ser efetivos no combate à evasão escolar. Nos cursos técnicos subsequentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba — campus Campina Grande (IFPB-CG), observa-se diversas situações de abandono escolar, como: cancelamento de matrícula, desistência de curso, trancamento e não reabertura da matrícula, dentre outros.

Os motivos que levam os alunos a matricularem-se e depois abandonar o curso de formação técnica no IFPB-CG, servem como fonte primária para avaliação das ações desenvolvidas pelas políticas pedagógicas, assistenciais e administrativas do campus. Além disso, podem ser considerados essenciais para entender a permanência ou não dos discentes no instituto e, consequentemente, orientar as ações para maximizar a permanência e habilitação profissional dos alunos.

A necessidade de fazer um estudo mais aprofundado sobre os motivos que levam os alunos a desistirem dos cursos técnicos subsequentes no (IFPB-CG) advém, em parte, dos dados¹ alarmantes constatados nos últimos censos escolares promovido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, mostrou que grande parte dos alunos não conclui o ensino técnico subsequente. Outro dado interessante é que, segundo o Controle Acadêmico da Instituição, setor responsável por realizar todas as matrículas e rematrículas da instituição, independentemente da modalidade², a cada período letivo, vem diminuindo o número de alunos que procuram o Campus para realizar o vínculo com a Instituição.

A desistência dos alunos dos cursos acarreta problemas para Instituição e para a própria sociedade. No que tange ao IFPB, a evasão traz salas vazias, desestímulo aos professores e aos colegas de turmas e também diminuição no repasse de verbas destinadas a manutenção, investimento e valorização da Instituição. Para a sociedade, a evasão provoca o atraso tecnológico, falta de mão de obra qualificada, carência de empregos, e até, baixos salários.

² Técnico Integrado – (Médio + Profissionalizante); Técnico Subsequente – (Profissionalizante); Superior – (Graduação).

1

Disponível, apenas para usuários autorizados por meio do sistema:http://educacenso.inep.gov.br/Autenticacao/índex.

Ante o exposto, o objetivo deste trabalho é analisar as causas que provocam a evasão escolar dos discentes do IFPB-CG nos cursos técnicos subsequentes e sugerir medidas que possam modificar o quadro de desistência e abandono destes alunos. Por isso, é necessária a reflexão por parte dos gestores e coordenadores de cursos, bem como, de toda a comunidade acadêmica do campus sobre os fatores internos e externos que levam a desistência dos alunos, fatores estes, que podem ir desde as frequentes greves enfrentadas pela rede federal de educação, como também, a falta de transporte público ou a necessidade de trabalhar por parte dos alunos.

2. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR

2.1 O Projeto Ambicioso dos Institutos Federais

Segundo a cartilha - Um Novo Modelo de Educação Profissional e Tecnológica Concepção e Diretrizes (2010, p. 20),

o desenvolvimento local e regional deve vir no bojo do conjunto de políticas públicas que transpassam determinada região e não como única agência desse processo de desenvolvimento. Não seria suficiente, pois, perceber que os Institutos Federais estão situados numa determinada área geográfica e associados a projetos e programas mais amplos e globais. É preciso estabelecer o vínculo entre o local e o global. É necessário que suas ações conduzam à construção de uma cultura que supere a identidade global a partir de uma identidade sedimentada no pertencimento territorial.

Os Institutos Federais possuem, realmente, essa característica de desenvolver as potencialidades regionais. Tem-se como exemplo o campus Campina Grande, uma região conhecida por seu polo tecnológico, por ser rica em minérios e viver um projeto de expansão da construção civil nunca visto antes. Então, nada melhor para implantarem-se nesse Campus, cursos como: de nível Técnico, Manutenção e Suporte em Informática (*Hardware e Software*), Informática (*Software*), Mineração, Segurança no Trabalho; de nível Tecnológico, Telemática, Construção de Edifícios; de licenciatura, Letras, Matemática e Física. Tais cursos, além de suprir a carência de profissionais, visam não apenas ao enriquecimento e desenvolvimento da economia local e regional, mas também promover uma cultura voltada para a solidariedade entre indivíduos, povos e nações, tendo a escola como reconhecimento de parte da comunidade a qual está inserida firmando-se como um efetivo polo cultural.

Eliezer Pacheco (2011, p.10) diz que:

qualquer que seja a proposta dentro dessa perspectiva, sem dúvidas, ela vem facilitada pela infraestrutura existente na rede federal. Os espaços constituídos, no tocante as instalações físicas dos ambientes de aprendizagem, como salas de aula convencionais, laboratórios, biblioteca, salas especializadas com equipamentos tecnológicos adequados, tecnologia de informação e comunicação dentre outros recursos tecnológicos são fatores facilitadores para um trabalho educativo de qualidade, que deve ser acessível a todos.

É necessário que essas estruturas educacionais deem suporte aos docentes e discentes para que estes possam aproveitar da melhor maneira possível o espaço educacional disponível, promovendo situações de acordo com a profissão, bem como, preparando os alunos em ambientes de trabalho, ou seja, locais onde estes irão vivenciar ao longo da sua

carreira profissional. Esta nova forma de interagir com a comunidade acadêmica de forma integrada significa levar o surgimento de um profissional capaz de discutir, refletir, pensar, contextualizar os problemas contemporâneos em busca da formação de sua personalidade e também dos desafios da vida.

De acordo com dados UNESCO (2013), no seu 10° Relatório de Monitoramento Global da Educação para Todos, diz que para que haja crescimento econômico, os países precisam investir na qualificação dos seus adolescentes, não significando, inseri-los no ensino superior, mas oferecer uma gama de caminhos alternativos que possam gerar oportunidade de trabalho, sugerindo que as grades curriculares do ensino básico sejam equilibrados entre habilidades técnicas e de acordo com os perfis pessoais contemplando as chamadas habilidades profissionais, exigidas pelo disputado mercado de trabalho.

Para Ernesto Martins Faria (2012),

a oferta da educação de qualidade a todos que contemplem as habilidades necessárias para o mercado, ainda é um sonho distante. Enquanto o mercado de trabalho exige competências, a grande maioria dos alunos sai da educação básica estando longe de ter todas as competências básicas adquiridas.

É nesse caminho que os Institutos Federais são pensados, criados e implantados: com o objetivo de formar cidadãos atuantes, como agentes políticos transformadores, do seu meio social com capacidade ampla, agindo de maneira dinâmica, adquirindo cada vez mais bagagem. Por isso, é necessária a mistura entre: conhecimento e experiência, teoria e prática, pesquisa e extensão, sociedade e produção, constituindo, assim, uma comunidade acadêmica de profissionais composta por pensadores que será entregue ao mercado de trabalho, bem como, a sociedade.

2.2 A Evolução da Rede Técnica Federal na Paraíba

O Estado da Paraíba possuía antes do processo de expansão apenas três unidades da rede federal profissional de educação: João Pessoa, Sousa e Cajazeiras. A unidade de João Pessoa (unidade Centenária), fundada em 1909 e que iniciou sua jornada com a Escola de Aprendizes Artífices, tinha por finalidade ofertar um ensino profissional para atender gratuitamente aqueles que necessitavam de uma profissão e não podiam pagar pelo ensino. As unidades das cidades de Sousa e Cajazeiras, fundadas respectivamente em 1963 e 1994, chamavam-se Escola Agrotécnica Federal de Sousa e Escola Técnica Federal de Cajazeiras.

Após a Lei 11.195/05, sancionada pelo o governo Lula da Silva, que promoveu o Plano de Expansão II da rede técnica federal de educação, no qual a Paraíba que contava com apenas três unidades acadêmicas passou a contar com mais sete unidades sendo elas: Cabedelo, Campina Grande, Guarabira, Patos, Picuí, Princesa Isabel e Monteiro e através da lei 11.892/08 foi unificado a denominação destas escolas que passaram a ser chamadas de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba contendo uma Reitoria e 10 campi.

O Campus Campina Grande do Instituto Federal iniciou suas atividades no ano de 2007 com a oferta de 80 vagas nos cursos técnicos Integrado, 80 no subsequente e 40 nos cursos superiores. Hoje, sete anos após o início de suas atividades, o campus conta com cerca de 3500 alunos regularmente matriculados, sendo o segundo campi da rede federal técnica de ensino da Paraíba com maior número de alunos matriculados, ficando atrás apenas do Campus João Pessoa, unidade centenária que compõe a rede.

Segundo dados do Governo Federal (Brasil, 2011), o Plano de Expansão III da Rede Federal de Educação Superior e Profissional e Tecnológica alcançará mais 208 unidades. E, a Paraíba foi contemplada com a instalação de mais 6 (seis) campi, são eles: Catolé do Rocha, Esperança, Itabaiana, Itaporanga, Santa Rita, além do Centro de Referência de Pesca e Navegação Marítima localizado em Cabedelo. Formando, assim, um conjunto de 16 unidades na Paraíba e 562 em todo o Brasil. Os critérios utilizados pelo governo para definir os municípios contemplados foram aqueles com população acima de 50 mil habitantes, os Arranjos Produtivos Locais (APL) e o percentual elevado de extrema pobreza.

2.3 Cursos Integrados, Subsequentes e Tecnólogos do IFPB-CG

O decreto 5.154/2004 da Presidência da República, no seu artigo 4º parágrafo 1º, retrata o seguinte:

A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma: I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno; II - concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso; III – subsequente oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio.

Já o Artigo 5º do mesmo decreto diz:

Os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação organizar-se-ão, no que concerne aos objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação.

O campus Campina Grande oferta hoje quatro cursos na modalidade integrado são eles: Manutenção e Suporte em Informática; Mineração; Petróleo e Gás; Informática. Nesse tipo de modalidade os alunos cursam as disciplinas de formação geral e as disciplinas de formação profissional e, ao final do curso que tem duração de três anos, recebem o diploma na área em que optaram. Na modalidade subsequente, o campus oferta os cursos presenciais de Manutenção e Suporte em Informática e Mineração, além do curso de Segurança no Trabalho à distância com duração de até dois anos. Ainda na modalidade subsequente à distância, o campus também conta com o curso de Secretaria Escolar, uma parceria entre o IFPB e as escolas dos Governos Estaduais e Municipais. Na modalidade tecnólogo, há oferta de cursos de Telemática e Construção de Edifícios, além de cursos de licenciatura em Matemática, Física e Letras.

Para Eliezer Pacheco (2011, p.07),

atuar em favor do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania constitui uma das finalidades dos Institutos Federais. Para tanto, é necessário um diálogo vivo e próximo dessas instituições com a realidade local e regional, buscando a compreensão de seus aspectos essenciais, ou seja, do que existe de universal nessa realidade. Deve-se considerar que local e universal não existem como antítese, não expressam necessariamente oposição de ideias, um não existe em detrimento do outro, mas por vezes se justapõem, permeiam-se, complementam-se e separam-se.

A decisão de instalar um curso em um determinado campus não é uma determinação verticalizada, ou seja, de cima para baixo. A inclusão de um novo curso na grade de oferta da Instituição é uma decisão conjunta, onde todos são convidados a participar, ou seja, professores, técnicos, comunidade, e, além disso, há um estudo sobre as potencialidades da região, bem como, as necessidades do mercado de trabalho em relação aos profissionais formados.

2.4. Evasão Escolar nos Cursos Técnicos Subsequentes

A evasão escolar é definida quando um aluno regularmente matriculado em curso deixa de frequentá-lo, por qualquer motivo. No IFPB, a evasão escolar para os cursos técnicos subsequentes é caracterizada de duas maneiras: (i) quando o aluno abandona o curso; ou (ii)

quando o aluno abre um processo de trancamento de matrícula em um período e não reabre no período seguinte. Outras formas de evasão identificadas para os cursos de outras modalidades são o cancelamento de matrícula (para os cursos superiores) e a transferência do aluno para outras Instituições de ensino (para os cursos integrados).

De acordo com Meneses (2011), o abandono escolar é uma questão que ocorre na sociedade há muito tempo, aliada a uma política de esquecimento das camadas detentoras do poder econômico.

A evasão escolar é considerada um dos maiores problemas que a comunidade acadêmica vem enfrentando ao longo dos anos. Este fato torna-se ainda mais preocupante na rede profissional de ensino em virtude da ausência durante um período muito longo de políticas públicas voltadas para educação técnica e da carência de profissionais capacitados para atender ao exigente mercado de trabalho.

Um novo fator vem chamando a atenção do IFPB campus Campina Grande: a ausência de interesse pela comunidade dos cursos técnicos subsequentes, tanto no momento da inscrição no processo seletivo, quanto na efetivação da matrícula. Assim, gera-se situações nas quais o número de vagas ofertadas é maior que o número de candidatos inscritos, ocasionando o não fechamento das turmas no início do semestre letivo, ou seja, há vagas, mas faltam alunos.

Segundo dados da COMPEC – Comissão Permanente de Concurso Público - comissão responsável por promover os processos seletivos dos estudantes da Instituição há uma queda considerável, nos últimos anos, no interesse da comunidade pelos cursos técnicos subsequentes.

O Controle Acadêmico da Instituição, setor responsável por realizar as matrículas de todos os alunos da instituição, relata que há um declínio nos últimos anos/semestres na realização da matrícula nos cursos técnicos subsequentes. Esses dados³ mostram que nos anos/semestres 2008.1 e 2009.1, as turmas dos cursos pós-médio, encontravam-se completas, ou seja, estavam preenchidas com a capacidade máxima de 80 alunos, nos dois semestres, e com apenas dois cursos. Já dados de 2013.1 e 2013.2 revelam que as matrículas realizadas para o preenchimento de 160 vagas foram de apenas 79 alunos, dos quais cerca de 25% já encontram-se evadidos.

³ Disponível, apenas, para usuários autorizados por meio do sistema: https://academico.ifpb.edu.br/tec.administrativo

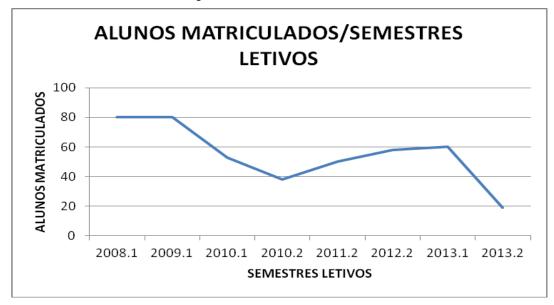


Gráfico 1 – Alunos Matriculados por Semestres Letivos

Fonte: Dados do sistema https://academico.ifpb.edu.br/tec.administrativo

Segundo o Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação – PRADIME (BRASIL/MEC/SEB, 2006, p. 09),

a garantia do direito à educação não se resume à provisão de matrícula. Devem-se assegurar meios capazes de proporcionar aos alunos condições de permanência, aprendizagem e conclusão, conduzindo assim ao aumento do nível de escolarização da população.

2.5 Motivos que levam a evasão escolar

De acordo com Formiga, Sá e Barros (2011), no Brasil não há, até o presente momento, políticas efetivas de combate à evasão escolar. É necessária, por parte escola e da gestão pública, a criação de meios que minimizem a diferença de classes sociais. Os fatores que mais contribuem para o abandono escolar vão desde os socioeconômicos até a falta do companheirismo escolar.

Para Araújo e Santos (2012, p. 07),

a evasão apresenta uma série de aspectos que precisam ser reconhecidos, pois consiste no desestímulo aos estudos por parte do aluno e esse desengajamento pode ser analisado da perspectiva do aluno, da escola e da sociedade. Dessa forma, compreender a evasão envolve um estudo profundo de todas essas perspectivas.

É necessário que o IFPB-CG participe ativamente da vida acadêmica de seus discentes e a sua atuação não seja pautada apenas no campo micro, mas consiga ir além de seus muros,

atuando conforme determina um dos seus princípios de criação: a formação humanística. A Instituição precisa articular-se de maneira a promover sempre a interação aluno-escola.

Segundo Formiga, Sá e Barros (2011) a academia escolar necessita caminhar em novos lugares, e, não esperar, apenas da sala de aula, para difundir o aprendizado; de outra maneira os professores e educadores que compõem a unidade escolar precisam quebrar a barreira das disciplinas, mas, para que isso ocorra, é preciso a junção entre a formação filosófica humana e o trabalho em sala de aula.

A análise dos fatores que levam os alunos a desistência dos cursos é bastante ampla, pois pode ir desde a desmotivação pessoal do discente, como também, envolver falta de apoio da Instituição de ensino ou a necessidade de trabalhar para ajudar no sustento da família, ou seja, as causas que levam a evasão escolar podem envolver desde fatores pessoais, passando por problemas internos (pertencentes à instituição) ou pode ser relativo ao ambiente externo como as necessidades econômicas do aluno.

2.6 Fatores Pertencentes à Escola

Segundo Sousa *et al.* (2011, p.27),

[...] os defensores dos fatores internos como determinantes da evasão escolar, como Bourdieu-Passeron (1975) e Cunha (1997), expressam a ideia de que a escola é responsável pelo sucesso ou fracasso dos alunos, principalmente daqueles pertencentes às categorias pobres da população, explicando teoricamente o caráter reprodutor desta instituição compreendida como Aparelho Ideológico de Estado (AIE).

É sabido que, a grande maioria dos alunos dos cursos técnicos subsequentes, está na faixa etária pré-adulta ou adulta, pois um dos requisitos para ingresso nesses cursos é ter concluído totalmente o ensino médio. Esse fato agrava-se ainda mais para os alunos que vem das classes menos favorecidas da sociedade e há, por isso, a necessidade de trabalhar e auxiliar no sustento da família comprometendo, assim, o prosseguimento dos estudos, bem como, a formação profissional.

De acordo com Kuenzer e Grabowski (2006, p. 311),

[...] a educação profissional deve estar integrada à Educação Básica e articulada à Educação Superior. Desta premissa decorre uma consequência inevitável no caso da educação profissional brasileira, considerando a dualidade, a fragmentação e a desigualdade das ofertas: é imprescindível que se mantenha consolidados níveis de

articulação e integração para que se possa ter consequência política e efetividade social, o que implica em articulação das políticas, dos órgãos públicos estatais, das escolas nos âmbitos federal, estadual e municipal e dos sistemas e redes de educação profissional.

O IFPB-CG deve mobilizar-se na construção da integração de seus cursos nas modalidades integrado e subsequente com os cursos superiores para que o aluno mantenha-se motivado a concluir o curso na Educação Profissional visando ao aprofundamento do conhecimento na educação superior. Assim, ocorrerá uma maior continuidade na integração acadêmica com a verticalização dos cursos e a formação, cada vez mais, de alunos que possuam uma formação técnica no ensino superior.

Segundo Formiga, Sá e Barros (2011), é fundamental que os alunos passem pela vivência da realização de seus projetos, pois, dessa forma, eles terão uma maior integração com a escola e, assim, não abandonarão a academia com facilidade. Com isso, serão capazes de mostrar suas ideias e contribuírem para o enriquecimento intelectual da unidade de ensino e da sociedade. Fica a escola, portanto, na missão do atendimento das necessidades mais específicas dos alunos contando com a parceria dos órgãos municipais e estaduais, setor pedagógico, sociedade, bem como, a família.

A falta de uma política pedagógica atraente, que estimule o aluno a interagir, a pesquisar, a entender as causas que levam os altos índices de reprovação em algumas disciplinas, bem como, a relação aluno/professor inconstante e não-interativa, a ausência de informações referentes ao funcionamento do curso, do perfil do profissional formado, da área de atuação são fatores que levam os alunos a evasão escolar. O aluno pertencente a qualquer Instituição e independente do nível que esteja deve se sentir como parte fundamental da organização e esta, por sua vez, deve sempre promover eventos que integrem o aluno não apenas no meio da produção do conhecimento, mas desenvolvendo a parte humana e social.

Para Formiga, Sá e Barros (2011, p. 06),

a escola é lugar de aprendizagem, portanto, o erro é aceito como parte do processo desta. Não se pode então castigar o aluno com a reprovação pelo que ele não sabe ou não conseguiu assimilar. Diante dessas condições, a reprovação, pelo simples reprovar, é uma injustiça; este fato se deve porque o não saber do aluno é muitas vezes resultado de um processo de ensino inadequado ou de acomodação falha e limitada por parte da escola ou do sistema de ensino em sua totalidade e integralidade, desde o projeto educacional, passando por sua execução até chegar aos docentes. É preciso estar atento à realidade de vida do aluno para efetuar o ensino na sala de aula capaz de fazê-lo aprender e aplicar a sua vida.

A escola ao perceber "a fuga" dos seus discentes deve promover uma avaliação de seu trabalho em relação à gestão educacional, verificando os pontos críticos e aperfeiçoando as suas atividades pedagógicas, acompanhando sempre à evolução do tempo. É inadmissível uma Instituição nos dias de hoje que ainda trabalhe com uma política pedagógica de anos atrás. As matrizes curriculares, também, devem acompanhar essa evolução sofrendo as modificações necessárias, acompanhando as evoluções tecnológicas e preparando os alunos para o concorrido e disputado mercado de trabalho.

A Academia deve analisar as deficiências dos seus alunos em determinadas áreas de conhecimento e sempre que possível promover o alinhamento destes, pois as turmas são formadas por alunos oriundos das redes: pública e particulares, além dos alunos que há muito tempo concluíram o ensino médio. A relação professor, aluno e equipe pedagógica devem ser constante e atuante objetivando sempre o enriquecimento do conhecimento e a aprendizagem dos discentes.

2.7 Fatores Externos à Escola

Dentre os fatores externos à escola, ou seja, propriedades em que a Instituição não tem como controlar tais como: mercado de trabalho, valorização do perfil do profissional habilitado, conflito do horário de trabalho com a oferta das disciplinas, desemprego, falta de alimentação adequada do aluno, dificuldade de locomoção do discente entre a Instituição e a casa/trabalho, a falta de uma política por parte dos governos que estimulem o aprendizado e a formação do técnico é necessária, portanto, sobre esses valores uma profunda análise.

Ao referenciar Pimenta (1991) que retrata o desgaste físico dos alunos em sala de aula como: sono, fome, cansaço como prejudiciais ao aprendizado. Esse desgaste ocorre devido a necessidade dos alunos trabalharem para ajudar no sustento ou na renda da família provocando o desestímulo escolar. Esses fatos são, portanto, considerados para justificar o péssimo rendimento escolar dos alunos das classes sociais mais baixas.

O Governo Federal através da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 que institui o sistema de cotas em relação ao aluno: egresso de escola pública; com renda inferior a 1,5 salários mínimo per capita; e declarado preto, pardo ou indígena, promoveu uma ação de inclusão de várias pessoas das classes menos favorecidas aos cursos técnicos. Apesar da existência da lei, a falta de um projeto que articule essa política de inclusão de maneira eficaz, não garante a permanência do aluno na Instituição, pois muitas vezes o aluno pode ser contemplado com a cota, mas a ajuda de custo, às vezes, não é concedida ou é insuficiente. Na

verdade o IFPB-CG oferece bolsas aos discentes, porém estas não contemplam a todos levando, assim, alguns alunos a abandonarem seus cursos para trabalharem e ajudar no sustento da família.

O PRONATEC, programa vinculado à rede dos Institutos Federais e paralelo aos cursos técnicos subsequentes da Instituição, por sua vez, oferece uma caminho mais fácil e mais vantajoso economicamente aos alunos a qual o programa abrange. Esse programa além de não ter o critério de selecionar seus alunos através de um exame de seleção e ser de duração bem mais rápida oferece ainda aos alunos contemplados uma bolsa no valor de R\$ 4,00 (quatro reais) por hora/aula promovendo, assim, o esvaziamento das salas de aulas no Campus Campina Grande dos cursos Técnicos Subsequentes e a procura dos cursos deste programa.

Para Araújo e Santos (2006, p. 11),

Não basta o acesso à escola, à formação, mas a permanência desse aluno deve ser assegurada por uma questão legal, de direito adquirido e, principalmente, pela democratização do ensino. Nesse contexto a evasão escolar constitui um sério problema democrático, o qual necessita ser amplamente analisado em busca de soluções e de novas propostas de políticas públicas, que possam zelar por essa permanência. O problema da evasão escolar é complexo e extremamente social.

É necessária a construção do diálogo mútuo entre educadores e educandos, ou seja, a escola deve promover encontros, entre os alunos e os dirigentes da Instituição, para que dessa discussão seja edificada mecanismos que promovam o crescimento e a permanência do aluno na escola. Além disso, a escola deve atuar incessantemente na busca por recursos junto ao governo, bem como, na promoção de parcerias público-privadas que levem aos discentes a uma formação não apenas técnica, mas também humana e social.

A compreensão de maneira sucinta dos motivos que levam a desistência dos alunos dos cursos técnicos subsequentes, pois a compreensão de tais motivos levará ao combate nos pontos mais frágeis que a Instituição possui melhorando e estimulando a permanência, bem como, a conclusão por parte do aluno no curso pelo qual ele optou, ou seja, o planejamento estratégico do campus deve conter não apenas metas de crescimento físico, mas também, estratégias necessárias para combater a evasão e estimular a formação dos alunos.

3. METODOLOGIA

Com intuito de investigar, indagar e apontar as razões que levam a evasão escolar no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Campus Campina Grande, utilizou-se uma pesquisa aplicada que busca o conhecimento para solucionar problemas específicos.

De acordo com Moresi (2003, p. 08), "a pesquisa aplicada objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigida à solução de problemas específicos envolvendo verdades e interesses locais".

Este estudo se caracteriza ainda como uma pesquisa descritiva. Segundo Gil (2008), a pesquisa descritiva tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre as variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática.

Para a realização da pesquisa utilizou-se um questionário estruturado abordando os aspectos relacionados aos possíveis fatores que tendem a levar os alunos a desistirem de seus cursos, bem como, de sua carreira profissional, no ensino técnico subsequente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – Campus Campina Grande.

Este estudo contou com a participação de alunos que já realizaram matrículas no IFPB-CG e, após a realização desta, por algum motivo, abandonaram, trancaram, cancelaram ou transferiram-se de curso. A pesquisa foi realizada no período de 15 a 19 de setembro de 2014.

Este trabalho caracteriza-se ainda como uma pesquisa de natureza qualitativa e quantitativa. Para Dias (1999), a pesquisa quantitativa normalmente é apropriada quando existe a possibilidade de parâmetros quantificáveis de variáveis e conclusões lógicas a partir de amostras de uma população. Esse tipo de pesquisa usa medidas numéricas para testar constructos científicos e hipóteses, ou busca padrões numéricos relacionados a conceitos cotidianos. Em contrapartida, a pesquisa qualitativa se caracteriza, principalmente, pela ausência de medidas numéricas e análises de estatísticas, examinando aspectos mais profundos e subjetivos do objeto em estudo.

A pesquisa qualiquantitativa oferece a vantagem de englobar mais informações do que, apenas, um dos métodos poderia proporcionar. Levando, assim, a comunidade

informações, em um determinado contexto, que possa oferecer o conhecimento e a complementaridade do tema a estudado.

Este trabalho foi desenvolvido com uma amostra aleatória (n) de 20 (vinte) indivíduos, de um universo aproximado de 200 alunos evadidos, que responderam questões sobre o seu perfil (sexo, idade) e sobre os fatores que o levaram a desistência do curso. O questionário completo pode ser visualizado no Apêndice A.

Aos respondentes que haviam evadido da Instituição, foi pedido, através de ofício, à Direção de Ensino daquela Instituição autorização para coleta e acesso dos dados pessoais dos alunos para a realização do contato por e-mail. A todos os indivíduos selecionados foi indagado se eles gostariam de contribuir com a pesquisa prestando as informações de maneira séria e verídica. Em caso positivo, foi encaminhado através de e-mail o questionário para que os ex-alunos respondessem.

Para Gil (2008), como é desenvolvido no próprio local onde os fenômenos ocorrem o estudo de campo promove resultados mais verdadeiros. Como não requer máquinas especiais para a coleta de dados, tendem a ser bem mais de baixo custo. E, como o pesquisador apresenta nível maior de participação, torna-se maior a probabilidade de os sujeitos oferecerem respostas mais confiáveis.

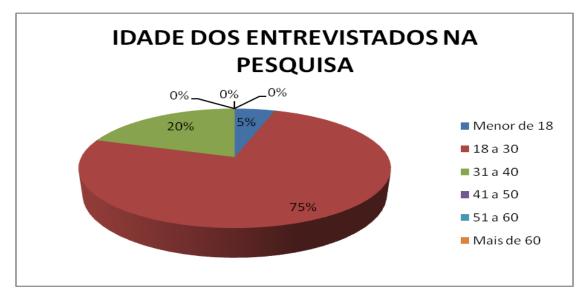
Para a tabulação e análise dos dados foi utilizado um *software* de editoração de planilhas eletrônicas, o Microsoft Excel.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Dentre as 20 pessoas entrevistadas 10 (50%) eram do sexo masculino e 10 (50%) do sexo feminino.

O gráfico 2, a seguir, mostra a idade dos participantes:

Gráfico 2 – Faixa etária dos entrevistados

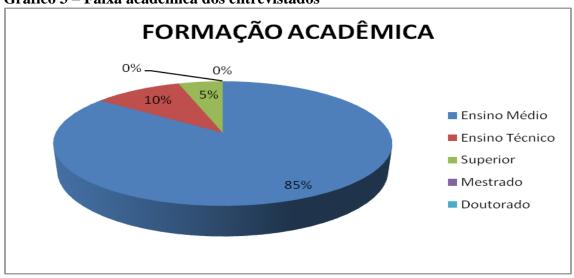


Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2014).

Em relação à formação acadêmica, o gráfico 3, demonstra que grande parte dos entrevistados possui o ensino médio 5%, mas há também entrevistados alocados em outros níveis de escolaridade.

O gráfico 3, mostra a formação acadêmica dos entrevistados:

Gráfico 3 – Faixa acadêmica dos entrevistados



De acordo com o gráfico 4, referente ao estado civil dos entrevistados, a grande maioria encontra-se na categoria dos solteiros, fato este que pode estar relacionado com o gráfico 1 referente à faixa etária dos entrevistados onde grande parte encontra-se na faixa etária de 18 a 30 anos, veja o gráfico a seguir:

ESTADO CIVIL

0%

5% 10%

Casado
Solteiro
Relacionamento estável
Viúvo

Gráfico 4 – Estado civil dos entrevistados

Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2014).

Os gráficos, a seguir, referem-se as perguntas específicas relacionadas as possíveis causas que levam a evasão escolar no IFPB-CG.

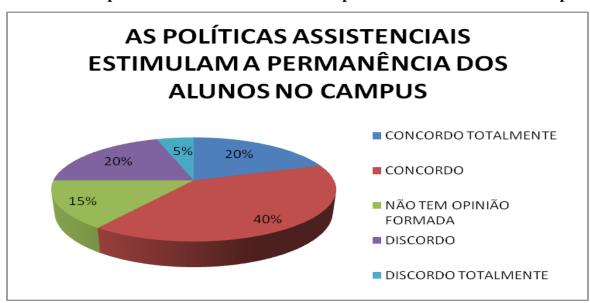


Gráfico 5 – As políticas assistenciais estimulam a permanência dos alunos no campus.

O Gráfico 5, procura saber a opinião/percepção do evadido se as políticas assistenciais estimulam a permanência ou não dos alunos no campus IFPB-CG, estes programas compreendem bolsas ofertadas aos discentes das classes mais baixas que recebem auxílio para ajudarem nas atividades administrativas da Instituição ou auxilio transporte ou moradia. Cerca de 60% dos entrevistados concordam ou concordam totalmente que há políticas desenvolvidas pela Instituição que estimulam a permanência dos alunos, ou seja, há um reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pela CAEST – Centro de Apoio ao Estudante - setor composto, em sua maioria, por Assistentes Sociais que analisam e deferem os auxílios dependendo da vida socioeconômica dos discentes. Esta ajuda financeira tem o objetivo de auxiliar as despesas que os alunos têm com a Educação, como compra de material escolar, transporte, alimentação dentre outros, mas não atende todos os alunos apenas os mais vulneráveis socioeconomicamente.

GREVES E DESESTÍMULO A
CONCLUSÃO DO CURSO

O%

CONCORDO TOTALMENTE

CONCORDO

NÃO TEM OPINIÃO
FORMADA
DISCORDO

DISCORDO

DISCORDO TOTALMENTE

Gráfico 6 - As greves desestimulam a conclusão do curso.

Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2014).

Questionados sobre as sucessivas greves que atigiram a rede federal de educação nos anos de 2011, 2012 e em algumas Instituições em 2014 se prejudicaram o andamento dos estudos e consequentemente o desestímulo a continuidade do curso, de acordo com o gráfico 6, 85% dos entrevistados concordaram que as greves atrapalharam imensamente a continuidade no curso, pois os cursos técnicos subsequentes do IFPB possuem duração máxima de 2 (dois) anos e devido a estas greves houve vários ajustes no calendário acadêmico protelando, assim, a conclusão do curso em, no mínimo, 1(um) ano a mais, ou seja, para

alunos que fazem os cursos técnicos subsequentes e consequentemente já estão em idade de inserção no mercado de trabalho, qualquer alterção que provoque prolongamento no calendário de ensino pode ser computado como um prejuízo imensurável.

O ENSINO MÉDIO PREPARA O ALUNO PARA O ENSINO PROFISSIONAL

CONCORDO TOTALMENTE

10% 5%

10%

NÃO TEM OPINIÃO FORMADA

DISCORDO

DISCORDO

DISCORDO TOTALMENTE

Gráfico 7 – O ensino médio prepara o aluno para o ensino profissional.

Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2014).

De acordo com o gráfico 7, 60% dos entrevistados discordam ou discordam totalmente que o ensino médio deixa um encaminhamento para o ensino técnico. Esse fato pode estar atrelado à falta de uma educação básica mais consolidada no sentido de preparar os alunos tanto para o ensino profissional, bem como, para o ensino superior. É necessária uma política pública nacional que integre os ensinos fundamental, médio, profissional e superior de qualidade e que estimule o aluno a: pesquisar; a questionar e a refletir durante todo o processo educacional, promovendo, assim, um salto no desenvolvimento técnico e tecnológico no país.



Gráfico 8 – Não oferta de disciplinas em todos os períodos.

O Gráfico 8 mostra que 70% dos questionados, sobre a não-oferta pelo IFPB-CG em todos os períodos de disciplinas, concordam que este fato leva a desistência do aluno, pois, às vezes, o aluno não pode progredir no curso devido a perda de uma ou mais disciplinas em um semestre e essa disciplinas não são disponibilizadas em todos os períodos letivos levando, assim, ao impedimento da conclusão do curso de forma gradual e sistêmica.

PRÉ-REQUISITO E IMPEDIMENTO AO ANDAMENTO DO CURSO

CONCORDO TOTALMENTE

CONCORDO

NÃO TEM OPINIÃO FORMADA

DISCORDO

DISCORDO

DISCORDO TOTALMENTE

Gráfico 9 – Pré-requisito e impedimento ao andamento do curso

Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2014).

Segundo as amostras coletadas e conforme o gráfico 9, 80% dos alunos concordam ou concordam totalmente que após a adesão pelas Coordenações de Curso, Equipe Pedagógica e Direção de Ensino da instrução que determina as matrizes curriculares adotarem o sistema do pré-requisito a continuação nos cursos técnicos subsequentes ficaram comprometidas, este fato deve está associado a não-disponibilidade de disciplinas em todos os períodos, a necessidade de ajudar a família e ao retardamento do andamento de várias disciplinas.



Gráfico 10 – Qualidade dos laboratórios da instituição e aulas práticas

Para 30% dos entrevistados, conforme gráfico 10, não tem opinião formada sobre a qualidade dos laboratórios da Instituição, bem como, é realizada as aulas práticas nestes locais, fato que deve estar associado a poucas ou nenhuma aula prática no início dos períodos letivos. Estes alunos, provavelmente, abandonaram o curso antes do início do segundo período letivo não possuindo portanto opnião formalizada sobre o tema pesquisado.

INTERAÇÃO ENTRE ESCOLA E MERCADO DE TRABALHO

0%
10%
40%
CONCORDO
NÃO TEM OPINIÃO FORMADA
DISCORDO
DISCORDO
DISCORDO
DISCORDO TOTALMENTE

Gráfico 11 - Interação entre a escola e o mercado de trabalho

Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2014).

Segundo dados apresentados no gráfico 11, cerca de 70% dos entrevistados concordam que há uma política desenvolvida pelo Campus Campina Grande que promove a ligação entre a escola e o mercado de trabalho. Este porcetagem deve está associada ao número de viagens, visitas técnicas, exposições, olimpíadas, congressos nacionais e até internacionais que os alunos participam rotineiramente, estimulando, assim, o aprendizado e o aperfeiçoamento na profissionalização de cada discente.



Gráfico 12 – Coordenação de Estágio e a promoção de parcerias com empresas.

No gráfico 12, cerca de 45% dos alunos evadidos não possuem opinião formada sobre a atuação da Coordenação de Estágio do Campus Campina Grande e a sua relação com o Mercado de Trabalho. É importante, com base nesses dados, alertar a Coordenação Estágio da sua importância em promover: maior interação com alunos da Instituição através da divulgação de suas atividades; publicação ativa das empresas parceiras; números de vagas ofertadas por área de formação, bem como, a divulgação de qual momento durante o percurso de aprendizagem na escola o discente pode dar início ao estágio.

PROMOÇÃO DA INTERAÇÃO ENTRE
OS CURSOS TÉCNICOS E SUPERIORES
DO IFPBCG

CONCORDO TOTALMENTE

10%
40%

CONCORDO

NÃO TEM OPINIÃO
FORMADA
DISCORDO

DISCORDO

DISCORDO

DISCORDO TOTALMENTE

Gráfico 13 – Promoção da interação entre os cursos técnicos e superiores do IFPB-CG

Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2014).

Para 85% dos entrevistados não há uma política integrativa desenvolvida pela própria Academia, ou seja, o próprio campus não estimula a permanência do aluno na Instituição, pois após a conclusão dos cursos técnicos não há, por exemplo, oferta de cursos superiores em áreas afins do IFPB-CG levando os alunos a buscar por outras Instituições de ensino que possam levá-los ao aprofundamento do conhecimento. É preciso a promoção do despertar pela comunidade acadêmica do campus, da integração e do alinhamento de seus cursos independente da modalidade integrado, subsequente, superior em uma mesma linha de formação para que, assim, o nível de evasão seja reduzido em todas as modalidades.

AÇÕES DE DIVULGAÇÃO DO PERFIL DO PROFISSIONAL PELO CAMPUS

O%

CONCORDO

NÃO TEM OPINIÃO FORMADA

DISCORDO

DISCORDO TOTALMENTE

Gráfico 14 – Ações de divulgação do perfil do profissional pelo campus

Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2014).

O gráfico 14, retrata dados alarmantes para uma Instituição que deseja consolidar-se na região da Borborema, pois cerca de 75% dos entrevistados relataram que são escassas as informações passadas pelas Coordenações ou mesmo pela própria instituição do perfil do profissional, área de atuação, empresas parceiras, dentre outras ações necessárias para a consolidação do curso. É interessante, com base nesses dados, que o IFPB-CG desenvolva uma gestão que promova a interação de todos os setores do campus com os alunos da Instituição promovendo, de fato, um elo eficaz que consolide a permanência dos discentes na Instituição.



Gráfico 15 – Falta de tempo e a dedicação aos estudos

De acordo com o gráfico 15, 85% dos entrevistados concordam que a falta de tempo devido ao desempenho em outras atividades prejudica a continuação e a conclusão dos estudos. O fato dos entrevistados dos cursos técnicos subsequentes estarem incluídos, devido a idade, na camada economicamente ativa da população, dificulta a dedicação exclusiva à atividade Acadêmica, ou seja, a falta de organização do tempo em relação aos estudos, a necessidade de sustentar a família são fatores que dificultam a formação técnica dos estudantes.

PERCEPÇÃO DOS ALUNOS SOBRE A QUALIFICAÇÃO DOS SERVIDORES DA INSTITUIÇÃO

CONCORDO CONCORDO

NÃO TEM OPINIÃO FORMADA
DISCORDO

DISCORDO DISCORDO

DISCORDO TOTALMENTE

Gráfico 16 – Percepção dos alunos sobre a qualificação dos servidores da instituição

Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2014).

Através do gráfico16 é percebido que os entrevistados reconhecem a qualificação profissional dos servidores da Instituição, com cerca de 70% de aprovação. O IFPB campus Campina Grande possui uma estrutura humana bastante qualificada, onde o quadro docente, em sua, maioria possui mestrado e/ou doutorado e o quadro técnico administrativo possui graduação e/ou mestrado enriquecendo, assim, o capital intelectual da Instituição.

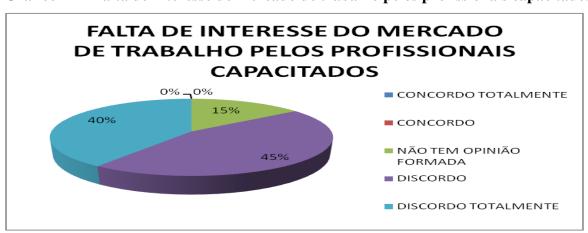


Gráfico 17 – Falta de interesse do mercado de trabalho pelos profissionais capacitados

Conforme é apresentado no gráfico 17, 85% dos entrevistados discordam ou discordam totalmente que o mercado de trabalho descarta a formação técnica. É sabido que o Brasil encontra-se com uma carência, em larga escala, de profissionais capacitadados devido há uma política educacional que não preparava os jovens para o mercado de trabalho. O fato da desqualificação profissional acarreta no desemprego, baixo salários, fuga de investimentos e tecnologias dentre outros fatores.

NÃO ATRAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DE UM TÉCNICO

CONCORDO TOTALMENTE

CONCORDO

NÃO TEM OPINIÃO FORMADA

DISCORDO

DISCORDO

DISCORDO TOTALMENTE

Gráfico 18 - Não atração da remuneração de um técnico.

Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2014).

Conforme o gráfico 18, mais de 80% dos entrevistados discordam de que a remuneração paga por um profissional habilitado em cursos profissionalizantes não é atraente. Segundo Afonso (2013), alguns dados levantados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) indicam que em vários estados brasileiros os salários recebidos por um técnico de nível médio é muitas vezes superior ao de pessoas com diploma de graduação. Esse fato muitas vezes ocorre devido à escassez de profissionais habilitados em determinadas áreas alavancado, assim, os salários de inúmeras carreiras técnicas.

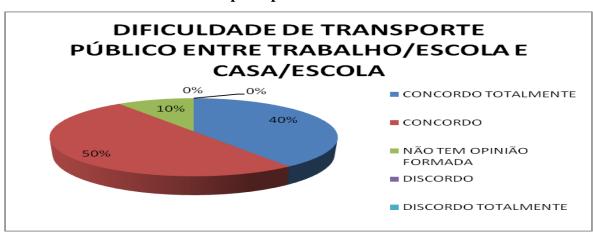


Gráfico 19 – Dificuldade de transporte público entre trabalho e a escola ou casa e escola

De acordo com o Gráfico 19, 90% dos entrevistados consideram que a difilculdade de acesso ao IFPB campus Campina Grande é bastante desanimadora. O ofertamento de apenas uma linha de onibus que passa próximo a Instituição, por parte da STTP - CG, para cerca de 3.500 alunos, dificulta e desestimula os alunos a concluírem os cursos, pois há entre o trajeto casa/escola ou trabalho/escola há um desperdício grande de tempo que provoca a desistência pelo aluno e consequentemente a evasão.

PRONATECE A AMEAÇA AOS CURSOS
TÉCNICOS DOS IF'S

CONCORDO TOTALMENTE

CONCORDO

NÃO TEM OPINIÃO
FORMADA
DISCORDO

DISCORDO

DISCORDO TOTALMENTE

Gráfico 20 – PRONATEC e a ameaça aos cursos técnicos dos Institutos Federais.

Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2014).

O gráfico 20, mostra que 95% dos ex-alunos consideram o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC uma ameaça a continuidade dos cursos técnicos subsequentes oferecidos pela rede IF. Para ser aluno de um programa como este é necesserário apenas fazer inscrição não necessitando, portando, da meritocracia como para ser aluno pertencente ao quadro da Instituição, além de todos os alunos do programa receberem uma bolsa-formação no valor de R\$ 4,00 por hora/aula. Este fato tem levado vários alunos que estudavam no IFPB-CG a procurarem os cursos oferecidos pelo PRONATEC já que estes possuem uma caraga horária menor e há uma ajuda de custo aos alunos participantes do programa.

É percebido, através do questionário aplicado aos discentes evadidos do IFPB-CG, que os fatores que mais influenciam as desistências dos alunos estão relacionados ao próprio campus, não pela falta de uma estrutura física adequada ou aparelhamento dos laboratórios, mas pelas sucessivas greves que atingiram a rede federal de educação, a falta de uma educação básica mais qualitativa, necessidade de trabalhar, falta de integração e informação entre as coordenações dos cursos e os alunos.

É preciso, portanto, que a escola promova uma nova visão da gestão escolar com desenvolvimento da eficiência e a eficácia dos seus setores, bem como, a adoção de uma política voltada ao *marketing* institucional para que, assim, possa integrar os alunos como parte, fundamental, do seu meio, valorizando-os e estimulando-os a permanência, destes, na instituição.

5. CONCLUSÕES

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – Campus Campina Grande, além de cumprir os princípios básicos que determinam o decreto de sua criação, deve buscar mecanismos que promovam o combate efetivo à evasão escolar nos cursos subsequentes ao ensino médio, ou seja, é necessário um acompanhamento mais ativo e eficaz dos setores que possuem contato com os discentes da Instituição atuando de forma integrada com as Direções de Ensino, Administrativa e Geral juntamente com a sociedade, para que assim, formule políticas de gestão capazes de combater de forma rápida e efetiva a evasão.

Os resultados das pesquisas demonstraram a necessidade de uma reforma enérgica na condução dos cursos técnicos subsequentes, melhorando e atualizando as matrizes, estimulando os alunos, promovendo a integração aluno/escola. A academia deve, sempre, buscar a qualificação técnica de seus alunos, bem como, a aproximar-se da realidade vivida pelos discentes, transformando, assim, a escola na "verdadeira", na segunda casa dos alunos.

Portanto, a administração do campus deve conscientizar-se, o mais rápido possível, em busca de alternativas capazes de interromper, ou de diminuir os índices de evasão, pois, se não houver uma interferência ágil da gestão, a modalidade subsequente pode sofrer sérios danos na continuidade de seus cursos.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Ismália. Profissões industriais oferecem melhores salários para técnicos. **Portal da Indústria.** 26 set. 2013. Disponível em: < http://www.portaldaindustria.com.br/cni/imprensa/2013/09/1,25752/profissoes-industriais-oferecem-melhores-salarios-para-tecnicos.html > Acesso em: 12 ago. 2014.

ARAÚJO, Cristiane F. de; SANTOS, Roseli A. dos. **A Educação Profissional de Nível Médio e os Fatores Internos/ Externos às Instituições que Causam a Evasão Escolar**. Congresso Internacional de Cooperação Universidade-Indústria. Taubaté – SP,2012.

BALMANT, Ocimara. Unesco prega investimento na qualificação do jovem. **Estadão.** São Paulo. 16 out. de 2012. Disponível em : < http://www.estadao.com.br/noticias/geral,unesco-prega-investimento-na-qualificacao-de-jovens,946222 > Acesso em: 17 ago. 2014

BORDIGNON, Liliane. **Reforma e expansão da educação profissional técnica de nível médio nos anos 2000**. Disponível em < http://www.unicamp.br/unicamp/ju/590> Acesso em: 12 ago. 2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em :http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 22 ago. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **PRONATEC – PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO**. Disponível em:http://www.pronatec.sectec.go.gov.br/bolsa-formacao/>. Acesso em 01 set. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. SEB-Secretaria de Educação Básica. **Pradime:Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação** / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica.— Brasília, DF: Ministério da Educação, 2006. 176p. : il. — (Caderno de Textos; v.1)

BRASIL. **ALTA EMPREGABILIDADE** . Disponível em: < http://www.brasil.gov.br/sobre/educacao/ensino-tecnico/mercado-de-trabalho/alta-empregabilidade > Acesso em: 20/08/2014

BRASIL. Ministério da Educação. **Pradime: Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação**. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Pradime/cader_tex_1.pdf> Acesso em: 15 ago. 2014.

BRASIL. **Decreto 5.154, de 23 de julho 2004**. *Estabelece Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm >. Acesso em 17/ ago. 2014.

BRASIL. **Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005**. Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11195.htm Acesso em: Acesso em 18 jul. 2014.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm> Acesso em 17 jul. 2014.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em 17 jul. 2014.

CARTILHA. *Um* Novo Modelo em Educação Profissional e Tecnológica – Concepção e Diretrizes 2010. Disponível em: , portal.mec.gov.br/index.php?Itemid&gid=6691&option=com >Acesso em: 01. Ago. 2014.

COMPEC. **INSCRIÇÃO_PSCT_2014**. Disponível em: < http://ifpb.edu.br/ingresso/processo-seletivo/Cursos-tecnicos/psct-2014 >. Acesso em: 15 ago. 2014

DIAS, Cláudia Augusto. **GRUPO FOCAL: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas**. Disponível em: <

http://bogliolo.eci.ufmg.br/downloads/DIAS%20Grupo%20Focal.pdf> Acesso em: 31 ago. 2014.

FORMIGA, Nilton S.;SÁ, Gernonimo de Lucena; BARROS, Sebastiana da Mota. **As Causas da Evasão Escolar? Um estudo Descrito nos Jovens Brasileiros.** Disponível em:http://www.psicologia.pt/>Acesso em: 15 ago. 2014.

GIL, Antonio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRABOWSKI, Gabriel; KUENZER, Acácia Zeneida. **Educação Profissional: desafios para a construção de um projeto para os que vivem do trabalho**. PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 297-318, jan/jun. 2006.

INEP. **EDUCACENSO**. Disponível em : < http://portal.inep.gov.br/web/educacenso/educacenso> Acesso em: 02 set. 2014.

MENESES, José Décio. **A Problemática da Evasão Escolar e as Dificuldades da Escolarização**. Disponível em: http://www.artigonal.com/ensino-superior-artigos/a-problematica-da-evasao-escolar-da-escolarizacao 2761092.html >. Acesso em: 30 ago. 2014.

MORESI, Eduardo. **Metodologia da Pesquisa.** Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação, UCB, 2003.

SILVA, Manoel Régis. Causas e Consequências da Evasão Escolar na Escola Normal Estadual Professor Pedro Augusto de Almeida, Bananeiras / PB. Disponível em : Acesso em 15 ago. 2014.

SOUSA, A. A. et al. **Evasão escolar no Ensino Médio: Velhos ou Novos Dilemas?** VÉRTICES, Campos dos Goytacazes/RJ, v. 13, n. 1, p. 25-37, jan./abr. 2011.

TOMAR, M. S. A. Entrevista semi-estruturada. Mestrado em Supervisão Pedagógica. UAB, 2009.

PACHECO, Eliezer. Institutos Federais uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica. Editora Moderna, 2011.

PIMENTA, S. G. **O Pedagogo na Escola Pública**. São Paulo: ed Loyola, 3ª edição. Coleção Educar. 1991.

UNESCO. **10° Relatório de Monitoramento Global da Educação para Todos**. Disponível em: < http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002256por.pdf > Acesso em: 01 set. 2014.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE EVASÃO



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PNAP BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ANALISE DOS PROVÁVEIS MOTIVOS QUE LEVAM ALUNOS DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – CAMPUS CAMPINA GRANDE A EVADIR-SE DA INSTITUIÇÃO

Prezados

Este estudo faz parte do Trabalho de Conclusão de Curso em Administração Pública (Bacharelado) e tem o objetivo de analisar quais os prováveis motivos que levam os alunos do IFPB — Campus Campina Grande a desistir dos Cursos Técnicos Subsequentes da Instituição.

Sua contribuição será de fundamental importância.

	PARTE 1 – CARACTERIZAÇÃO PESSOAL
1. Sexo:	
F M M	
2. Idade:	
Menor de 18 anos	
18 a 30 anos	
De 31 a 40 anos	
De 41 a 50 anos	
De 51 a 60 anos	
Mais de 60 anos	

3. Cidade onde reside:					
Cidade:	Estado:				
PARTE 2 – FORMAÇÃ	O ACADÊMICA E LEVANTEMENTO SOBRE A EVASÃO				
1. Formação acadêmica:					
Ensino Médio					
Ensino Técnico					
Superior					
Mestrado					
2. Estado Civil					
Casado					
Solteiro					
Viúvo					
Relacionamento estável	: 🗆				
Atribua um grau de concordâ	ncia segundo a escala apresentada abaixo.				
•	C- Concordo NTOF- Não tenho opinião formada				
D- Discordo DT -Discord	<u> </u>				

		GRAU DE CONCORDANCIA				
		CT	C	NTOF	D	DT
1.	O IFPB, Campus Campina Grande estimula a permanência dos alunos na Instituição oferecendo condições para a capacitação dos mesmos?					
2.	As sucessivas greves que vêm atingindo a Rede Federal de Educação Profissional e Superior é um fator desestimulante à continuação do Curso?					
3.	Após a formação Básica (Ensino Médio) os discentes consideram-se preparados para absorver os conteúdos programáticos da educação profissional?					
4.	A não oferta de disciplinas em todos os períodos é um fator desestimulante a continuidade no curso?					
5.	Após a mudança da matriz curricular dos Cursos Técnicos Subsequentes no ano de 2013.1, que estabelece a política pedagógica do pré-requisito das disciplinas, tornou-se um fator que impede a progressão do curso de maneira mais rápida e consequentemente provoca à desistência do aluno?					

6.	Após a mudança da matriz curricular dos Cursos Técnicos Subsequentes no ano de 2013.1, que estabelece a política pedagógica do pré-requisito das disciplinas, tornou-se um fator que impede a progressão do curso de maneira mais rápida e consequentemente provoca à desistência do aluno?			
7.	Os laboratórios oferecem condições adequadas ao ensino e aprendizagem dos alunos através das aulas práticas?			
8.	A Instituição promove a interação entre escola e mercado de trabalho, através de visitas técnicas aprimorando e alinhando conhecimentos?			
9.	A coordenação de Estágio do Campus atua de forma ativa através da construção de parcerias com empresas facilitando a relação aluno/mercado de trabalho, promovendo, assim, a aplicação do conhecimento teórico pelo aluno na prática?			
10.	A não oferta, pelo próprio Campus, de Cursos Superiores na área temática de atuação dos cursos subseqüentes é um fator desestimulante a continuidade no curso?			
11.	O IFPB promove a divulgação dos seus cursos através de suas coordenações, panfletos informativos, mídias de: como funciona? O perfil do profissional formado?; A área de atuação?; Dentre outras informações?			
12.	A falta de tempo para resolução das atividades escolares devido ao desempenho de outras atividades como: trabalho, família, diversão são fatores que influenciam a evasão escolar?			
13.	Na ótica dos alunos os professores e servidores Academia estão capacitados para atender as diversas demandas dos discentes?			
14.	Mesmo com a formação profissional é percebido pelos alunos da Instituição a falta de interesse pelo mercado de trabalho por esses profissionais capacitados?			
15.	A remuneração do profissional habilitado em um curso técnico não é atraente em relação ao pessoal que não possui nenhum tipo de capacitação no mercado do formal de trabalho?			
16.	Por haver apenas uma linha de ônibus que transita próximo a Instituição, ou seja, a dificuldade entre o trajeto casa/escola ou escola/trabalho é um fator que leva a desistência do aluno?			
17.	O PRONATEC é uma ameaça a educação técnica desenvolvida pelo IFPB-CG? Este programa a partir do ano de 2011 passou a ser desenvolvido em parceria pelos IF'S e os sistemas S como Senai e além de apresentar uma matriz para formação técnica curta concede um auxílio de R\$ 4,00 por hora/aula aos alunos matriculados neste programa?			

Obrigado pela colaboração